



Relatório Institucional de Atividades 2019

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos
Arquidiocese de Fortaleza

Dezembro/2019

Dom José Antônio Aparecido Tosi Marques
Presidente

Pe. José Élio Correia de Freitas
Diretor

Equipe Técnica

Kelanny Oliveira de Moraes
Lucas Guerra Carvalho de Almeida

Voluntários

Francisca Diana Maia da Costa
Péricles Martins Moreira

DADOS DA ENTIDADE

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza – CDPDH.

CNPJ: 00.276.802/0001-29.

Endereço: Av. Dom Manuel, 339 – Centro – 60060-090 – Fortaleza- CE

HISTÓRICO

O Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza/CDPDH, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, apartidária, de caráter pastoral, é constituído sob forma de associação que presta serviços permanentes e sem qualquer discriminação de raça, cor, etnia e sexo. Foi fundado em 1982, por decisão de Assembleia Pastoral da referida Arquidiocese. Essa decisão situa-se no contexto de trabalho das Comunidades Eclesiais de Base/CEBs junto à população sem-teto de Fortaleza. O movimento popular encontrava-se em plena efervescência e havia, nesta cidade, muitas ocupações de terrenos públicos e privados que não cumpriam sua função social. Nesse contexto, as CEBs refletiram a necessidade de haver um apoio jurídico à população sem-teto, que resistia no seu direito à moradia, bem como às pessoas que sofriam violações nos seus direitos tanto individuais, como o direito a liberdade de expressão, quanto coletivos, como o direito a terra e à moradia.

Desse modo, organizou-se o CDPDH que, inicialmente, atuava de forma mais incisiva nas temáticas que envolviam conflitos fundiários e questões de moradia junto às populações urbanas. Posteriormente, a instituição passou a prestar assessoria jurídica em diversos casos de violação, como, por exemplo, casos de prisões ilegais de militantes, tortura, atos de violência contra homossexuais, dentre outras violações de Direitos Humanos.

O CDPDH tem como missão contribuir para a Promoção dos Direitos Humanos, em especial o direito a Terra e Moradia da população de baixa renda de Fortaleza e sua região metropolitana, tendo em vista a construção de uma sociedade justa e solidária.

Nesta perspectiva missionária vinculada à preocupação com a terra, o CDPDH vem crescendo como referência na sociedade de Fortaleza, em especial no acompanhamento jurídico e socioeducativo dos povos indígenas, incluindo-se em importantes espaços de discussão, análises e propostas de políticas indigenistas no Estado do Ceará.

FINALIDADES ESTATUTÁRIAS

I - Assessoria política, técnica, administrativa e financeira aos movimentos sociais, organizações, grupo populares e de usuários, no fortalecimento de seu protagonismo e na capacitação para a intervenção nas esferas políticas, em particular na Política de Assistência Social; Sistematização e difusão de projetos inovadores de inclusão cidadã que possam apresentar soluções alternativas a serem incorporadas nas políticas públicas;

II - Estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades e à geração de renda

III - Produção e socialização de estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento da sociedade e dos cidadãos/ãs sobre os seus direitos de cidadania, bem como dos gestores públicos, subsidiando os na formulação e avaliação de impactos da Política de Assistência Social;

IV - Promoção da defesa de direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade;

V - Formação política-cidadã de grupos populares, nela incluindo capacitação de conselheiros/as e lideranças populares;

VI - Reivindicação da construção de novos direitos fundados em novos conhecimentos e padrões de atuação reconhecidos nacional e internacionalmente;

VII - Defender e promover a Ética, a Justiça, a Paz e a Cidadania conscientizando preferencialmente o pobre, o excluído dos direitos e deveres fundamentais da pessoa humana, no sentido de formar comunidades livres e solidárias;

VIII- Ser presença solidária junto aos Povos Indígenas, visando à preservação do seu direito a terra, a viver dignamente e despertar a sociedade para a identidade indígena afastando o preconceito e a discriminação;

IX- Defender o meio ambiente em todos os seus aspectos, exigindo, para tanto, a participação do poder público e conscientizando a coletividade do dever de preservá-la para as presentes e futuras gerações;

X- Assumir a defesa dos grupos comunitários oprimidos e injustiçados, atendendo aos problemas de Terra e Moradia em colaboração com outras instituições;

XI- Assessorar organizações comunitárias apoiando-as na construção de uma Sociedade Justa e Fraterna;

XII- Fomentar junto à Sociedade Civil Organizada proteção e amparo aos direitos e deveres às crianças e aos adolescentes carentes;

XIII- Prestar Assistência Técnica e Extensão Rural a Grupos Indígenas, Quilombolas e Agricultores Familiares.

APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta as atividades do CDPDH, no ano 2019. Relata as ações dos projetos, as ações de articulação na sociedade e as ações internas institucionais, que incluem a capacitação da equipe, as reuniões com diretoria/conselho fiscal e, sobretudo, as ações de planejamentos e avaliações.

O relato se divide em 3 (três) pontos:

1. Projetos: Povos Indígenas: Na luta por direitos, na organização interna das comunidades, buscando a demarcação; Fraternidade, Povos Indígenas, Justiça Social e Políticas Públicas.
2. Ações de Articulação e Controle na Sociedade em geral.
3. Ações Institucionais.

Todas essas ações constituem-se na efetivação do compromisso de nossa missão que é de contribuir para a promoção dos Direitos Humanos, em especial o direito a Terra e Moradia da população de baixa renda de Fortaleza e sua região metropolitana tendo em vista a construção de uma sociedade justa e solidária.

1. PROJETOS:

1.1 POVOS INDÍGENAS: NA LUTA POR DIREITOS, NA ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS COMUNIDADES, BUSCANDO A DEMARCAÇÃO.

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
Janeiro a Dezembro de 2019	Reunião com Povo Kanindé de Canindé, Karão e Aratuba	Planejar a III Conferência de Juventude Indígena Kanindé, que será realizada no período de 21 à 24/03 (março) na Aldeia do Feijão, na comunidade Karão.	Parceria fortalecida e estratégias pensadas para a realização da III Conferência de Juventude Indígena.
	Reunião com Povo Anacé	Dialogar com o Povo Anacé visando o início de uma parceria com o CDPDH	Parceria fortalecida para assessoria jurídica e popular para este povo
	Reunião com Povos indígenas	Tratar do contexto das políticas indigenistas e traçar estratégias sobre as políticas governamentais que visam o desmantelamento da função do Estado de demarcar os territórios tradicionalmente ocupados pelos povos indígenas	Estratégias traçadas para tentar combater o desmantelamento das políticas governamentais.
	Festa do Marco Vivo da Etnia Jenipapo-Kanindé	Fortalecer a cultura, memória e a tradicionalidade das festas dos povos indígenas.	Fortalecimento da cultura e da resistência indígena por meio de suas expressões festivas.
	Acompanhamento processual e de lideranças indígenas	Articular a defesa jurídica e processual dos povos indígenas.	Diligências realizadas com instituições do sistema de justiça visando a defesa dos interesses dos povos indígenas.
	III Conferência da Juventude Indígena dos Povos Kanindé e Karão.	Dialogar com a juventude sobre o protagonismo que ela pode exercer no movimento indígena, como uma forma de dar continuidade a luta pela demarcação das terras.	Debate com a juventude indígena sobre a importância e os desafios na demarcação das terras indígenas como forma de garantir o direito à vida.

	Elaboração de Boletins Impressos; Utilização das redes sociais como forma de comunicar os trabalhos desenvolvidos e alimentar site do CDPDH	Divulgar a luta dos povos indígenas do Ceará.	Boletim elaborado e publicado.
	Reunião com o Coletivo dos Estudantes indígenas da UNILAB	Discutir sobre os editais específicos e reafirmar a defesa por uma educação superior pública de qualidade.	Estudantes Indígenas mobilizados e organizados na defesa pelo acesso e manutenção na Universidade.
	Reunião com o movimento indígena do Ceará;	Organizar a XXIV Assembleia Estadual dos Povos Indígenas do Ceará	Assembleia indígena realizada e organizada.
	Assembleia da Juventude Indígena, das mulheres indígenas e Assembleia Estadual dos Povos Indígenas.	Articular e unificar a luta dos povos indígenas do Ceará.	Assembleias organizadas e realizadas.

1.2 FRATERNIDADE, POVOS INDÍGENAS, JUSTIÇA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS.

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
Janeiro a Dezembro de 2019	06 (seis) Reuniões de preparação e articulação do Seminário Fraternidade, Povos Indígenas e Políticas Públicas. Realização de 01 (um) Seminário, que será realizado em Fortaleza, no Auditório do Centro de Pastoral Maria Mãe da Igreja, com a participação de 100 pessoas representando os povos e organizações indígenas, instituições de promoção de políticas públicas	Discutir a temática das políticas públicas com os povos indígenas inclusos no território da Arquidiocese de Fortaleza, visando combater os retrocessos e dialogar sobre as formas de atuação do Estado junto a esses povos.	Promoção das políticas públicas junto aos povos indígenas do Ceará Articulação realizada entre os órgãos do Estado e os povos indígenas.

	<p>para os povos indígenas, organizações do terceiro setor e pastorais sociais da Arquidiocese de Fortaleza.</p> <p>Elaboração de um documento com propostas para políticas públicas e povos indígenas.</p>		<p>Propor e refletir políticas públicas que respeitem as características próprias dos povos indígenas.</p>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------

2. AÇÕES DE ARTICULAÇÃO E CONTROLE NA SOCIEDADE EM GERAL.

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
<p>Janeiro a Dezembro de 2019</p>	<p>Participação no Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – COEPIR</p> <p>Participação no Conselho de Segurança Pública do Estado do Ceará</p> <p>Participação no Comitê Gestor do Termo de Acordo Tapeba</p>	<p>Acompanhar e participar na elaboração de critérios e parâmetros para formulação e implementação de metas e prioridades para assegurar as condições de igualdade à população negra, indígenas, ciganos e outros segmentos étnicos da população cearense.</p> <p>Criado pela Constituição do Estado do Ceará tem como objetivo exercer o controle social em relação às políticas públicas de segurança pública.</p> <p>Comitê formado a partir de termo de acordo entre o povo Tapeba, a família Arruda, o governo do Estado do Ceará, o Ministério da Justiça e a Fundação Nacional do Índio. Tal comitê tem como função destravar o processo administrativo da Terra Tapeba garantindo a realização de mesa de diálogo e uma maior dignidade ao referido povo.</p>	<p>Análise de denúncias e de situações de vulnerabilidade, assegurando a formulação de políticas públicas que assegurem a igualdade racial e a dignidades das populações negras, indígenas, ciganas e outros segmentos étnicos de nossa população.</p> <p>Discutir a situação da violência e incidir na elaboração de políticas públicas de segurança, sobretudo para os públicos e populações vulneráveis.</p> <p>Cobrar de cada membro signatário do termo de acordo as providências a serem tomadas para a consecução dos objetivos do mesmo.</p>

	Conselho Distrital de Saúde Indígena	Garantir o controle social nas políticas públicas de saúde indígena.	O CDPDH foi eleito no ano de 2016 para compor o CONDISI, garantindo assim a participação da sociedade civil no referido conselho que visa exercer controle das políticas públicas de saúde.
	Comissão de Educação Escolar Indígena	Órgão consultivo e de acompanhamento das políticas públicas de educação escolar indígena.	O maior resultado alcançado é a formalização da Comissão que deve ser criada a partir de decreto do Secretário de Educação do Estado do Ceará.
	Reuniões com Pastorais Sociais.	Reunião e articulação com as pastorais sociais; Organização e Participação no Grito dos Excluídos 2019	O CDPDH participou da organização do Grito dos Excluídos 2019 que visa ressoar a voz dos excluídos e ignorados da Nação.
	Acompanhamento da situação da migração na cidade de Fortaleza através do Comitê Gestor da Casa do Migrante de Fortaleza.	Ajudar no atendimento jurídico e no acompanhamento de políticas públicas dos migrantes, sobretudo venezuelanos, que tem chegado em massa em Fortaleza.	Realizada articulação para a criação da Casa do Migrante de Fortaleza em espaço cedido pela Arquidiocese de Fortaleza.
	Atendimento jurídico de população em situação de rua, migrantes, egressos do sistema prisional e pessoas encaminhadas pelas Pastorais Sociais, Cebs e Organismos da Arquidiocese de Fortaleza.	Colaborar com a pastoral do migrante da Arquidiocese de Fortaleza no atendimento dos migrantes e no encaminhamento de suas demandas.	Reuniões e atendimentos realizados e Casa do Migrante articulada como espaço de acolhimento específico para migrantes em Fortaleza.

	<p>Acompanhamento Jurídico das Comunidades Quilombolas do Cumbe e do Córrego de Ubaranas</p> <p>Atendimento jurídico de público ligado as pastorais sociais e movimentos ou que buscam o CDPDH para consultoria jurídica.</p>	<p>Acompanhar a luta e as reivindicações na luta pela titulação dos territórios das comunidades Quilombolas do Cumbe e do Córrego de Ubaranas em Aracati.</p> <p>Oferecer informação e acompanhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade.</p>	<p>Acompanhamento da Comunidade do Cumbe em reuniões e audiências como, por exemplo, com o IPHAN na implantação do Museu Arqueológico do Cumbe.</p> <p>Atendimento diário de pessoas que buscam o CDPDH para informações sobre processos ou situações de suas vivências.</p>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

3. AÇÕES INSTITUCIONAIS

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
Janeiro a Dezembro de 2019	Reuniões sobre os projetos atuais, infraestrutura do CDPDH e futuros projetos.	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar e monitorar os atuais projetos. • Monitorar os projetos e Gestão Administrativa e Financeira do CDPDH. 	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento da equipe. • Monitoramento dos projetos aprovados e/ou em execução.
	Reunião com a Diretoria do CDPDH	Monitoramento das atividades do CDPDH	Maior vínculo entre diretoria e equipe técnica do CDPDH, colaborando no desenvolvimento das atividades.
	Reuniões com o Presidente do CDPDH, Arcebispo Dom José Antonio Aparecido Tosi Marques	Repasse das ações do CDPDH.	Monitoramento das ações do CDPDH.



Pe. José Élio Correia de Freitas
Diretor do CDPDH